

Maria Helena da Cruz Coelho

**BALANÇO SOBRE A HISTÓRIA RURAL
PRODUZIDA EM PORTUGAL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS**



*Balanço sobre a história rural produzida em Portugal nas últimas décadas**

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO

Perfilho a posição de que o historiador é, no geral, um homem comprometido com o seu tempo. Ou dito pelas palavras de Michel Certeau, recolhidas na compilação *A nova história*, “quer se queira, quer não, o trabalho histórico inscreve-se no interior (e não fora) das lutas socioeconómicas e ideológicas”¹. Palavras amplamente corroboradas por Luís Reis Torgal na obra mais actual e aprofundada sobre a historiografia portuguesa: “... a história não é uma ciência independente dos sistemas científicos e filosóficos em voga, das ideologias, das questões do poder, em suma, da sociedade, com os seus múltiplos condicionalismos, as suas inércias e as suas dinâmicas. É, ao contrário, bem marcada por tudo isso de uma forma directa ou indirecta, consciente ou inconsciente, implícita ou expressa, a ponto de o consciente de “neutralidade” do historiador – tão em voga numa altura em que a história era tudo menos neutral, embora se acantonasse defensivamente num método narrativo – ser hoje uma afirmação ultrapassada”².

A Revolução de Abril repercutiu-se na história que se faz e fez em Portugal. Nas temáticas, nas metodologias, nas cronologias, nas interpretações.

Redimensiona-se a história económica e social, caminha-se para a história das mentalidades, entrecruza-se o saber histórico com o de outras ciências sociais e humanas. Estende-se a investigação, com grande candência, aos olvidados séculos XIX e XX, séculos de revoluções e amplas mutações políticas e polémicas ideológicas. Desconstroem-se velhos mitos da história pátria.

Filha desse tempo, em que se vivia a acesa polémica da reforma agrária, das cooperativas agrícolas, das apropriações dos baldios, é assim a história rural que se produz essencialmente na década de oitenta. Nela convergindo, igualmente, toda a experiência estrangeira, especialmente a francesa, de uma história agrária que, de quantitativa e serial, progrediu para uma história total, mas modelizada geo-historicamente no espaço regional, que se vai abrindo, sucessivamente, a temáticas cada vez mais abrangentes, sugeridas pela antropologia e sociologia históricas.

* A primeira versão deste balanço foi apresentada, a 3 de Março de 1997, como lição inaugural do Mestrado em História das Sociedades Agrárias da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. A versão incluída nesta colectânea foi refundida e actualizada.

¹ Jacques Le Goff [et al.], *A nova história*, Lisboa, Edições 70, 1986, p. 34.

² Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes, Fernando Catroga, *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 371.

Não se trata, porém, de um fruto novo, abrupto, inédito. Tem raízes variadas. Mas adquire, sem dúvida, uma nova feição, moldada pela interação entre presente e passado, que sempre percorre a construção histórica.

As raízes pode-las-íamos buscar em tempos mais longínquos ou mais próximos. Começemos pelos mais remotos.

Por entre finais do século passado e início deste, a par da privilegiada história política e institucional, alguns assomos precoces de uma história económica e social se entreviram³. Assim aconteceu com as obras de Alberto Sampaio, *As vilas do norte de Portugal* (1905-1908) e *As povoações marítimas* (1893-1895), em que emergia a problemática da geografia do povoamento, das formas de propriedade e de aspectos vários do mundo rural, ou, com esse outro livro de Costa Lobo, *História da sociedade em Portugal no século XV* (1903), em que o seu autor nos dá a conhecer múltiplas facetas sociais e económicas dessa época histórica, desde a população, na sua caracterização demográfica e social, aos pesos e medidas, preços, moeda e haveres individuais. E mesmo um erudito historiador das instituições como foi Henrique da Gama Barros, na sua magna obra *História da administração pública em Portugal* (1885-1922), não deixa de dedicar certos tomos à população, à economia ou à sociedade, até bem mais completos que os da própria administração, que não chegará a completar em toda a sua amplitude. Por sua vez pensadores como António Sérgio ou Jaime Cortesão, na exposição das suas teses e na abrangência das suas sínteses, levantaram novos véus à reflexão socioeconómica sobre a História de Portugal⁴.

Mas depois destes alvares que prometiam, a máquina do Estado Novo e os seus ideólogos repuseram como temas centrais do travejamento histórico a formação da nacionalidade e o passado de certas instituições medievais, a epopeia dos descobrimentos ou o movimento patriótico da Restauração⁵.

Todavia, a década de 1950-1960 anuncia alguma renovação e arejamento, conjugando-se nela a interdisciplinaridade com o aparecimento de obras vocacionadas para diferentes temáticas ou imbuídas de novas metodologias.

Os ensinamentos de etnógrafos como Leite de Vasconcelos, de filólogos como Rodrigues Lapa e Lindley Cintra, de geógrafos como Orlando Ribeiro⁶ começam a

³ Para um enquadramento global e maiores precisões bibliográficas remetemos para a nossa síntese historiográfica. "A história medieval portuguesa: caminhos percorridos e a percorrer", *Media Aetas*, Ponta Delgada, 1, 1991, p. 1-17 e, ainda, "Historiografia na Idade Média", in *Portugal Moderno. Artes e Letras*, Lisboa, 1992, p. 192-195.

⁴ Destaque para os trabalhos de António Sérgio, *Breve interpretação da história de Portugal*, Lisboa, 1972 (1ª ed. em espanhol, 1929); *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal*, Lisboa, [s.n.], 1973 (1ª ed., 1929) e de Jaime Cortesão, "Os factores democráticos na formação de Portugal", in *Obras completas*, t. I, Lisboa, 1964 (1ª ed., 1930).

⁵ Leia-se a este propósito o balanço de Miriam Halpern Pereira, "Breve reflexão acerca da historiografia portuguesa no século XX", *Ler História*, Lisboa, 21, 1991, p. 5-15. Aliás todo este volume da revista *Ler História*, intitulado *A Historiografia Portuguesa Hoje*, dedica-se a sínteses sobre a historiografia contemporânea. E para maiores desenvolvimentos recorra-se a Luís Reis Torgal [et al.], *ob. cit.*, p. 241-275. E se nestas páginas se aborda a produção historiográfica em tempo de "ditadura", nas antecedentes caminha-se desde o século XVIII mas sobretudo desde Herculano até então, como nas posteriores se traça o percurso da história até aos nossos dias. Já para uma síntese comparativa entre a produção historiográfica portuguesa e brasileira leia-se José Jobson Arruda, José Manuel Tengarrinha, *Historiografia luso-brasileira contemporânea*, S. Paulo, Edusa, 1999.

⁶ A exemplo, as obras de José Leite de Vasconcelos, *Etnografia portuguesa: tentame de sistematização*, 9 vols., Lisboa, 1933-1980; Manuel Rodrigues Lapa, *Cantigas d'escarnio e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*, 3ª ed., Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1995 (1ª ed., 1965); Luís Filipe Lindley Cintra, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo, seu confronto com os foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Cória, Cáceres e*

não ser indiferentes aos historiadores, que lentamente se apercebem da dimensão da história como ciência humana e social e da sua íntima relação com todas as outras que giram em torno do homem como ser social. Um destaque especial merecem os estudos dos etnólogos Jorge Dias e Fernando Galhano que dão a conhecer as alfaias agrícolas tradicionais portuguesas⁷. E é ainda Jorge Dias que nos oferece os estudos clássicos sobre as ancestrais tradições comunitárias do Portugal transmontano, nas obras *Vilarinho das Furnas, uma aldeia comunitária* (1948) e *Rio de Onor: comunitarismo agro-pastoril* (1953).

A história económica, de carácter embora erudito e descritivo, emerge, de novo, na paleta dos temas historiográficos – no seguimento de historiadores como Pirenne ou Charles Verlinden, entre outros – sobretudo nas obras de Virgínia Rau, em especial os seus trabalhos sobre o comércio do sal, as feiras, mas também as sesmarias⁸. E esta influência da historiografia estrangeira patenteia-se mesmo em historiadores tradicionalistas como Torquato de Sousa Soares, que atenta no desenvolvimento do comércio e dos burgos, ou em Avelino de Jesus da Costa que, na sua tese de doutoramento sobre a diocese de Braga, no século XI, durante o bispado de D. Pedro, apresenta páginas muito inovadoras, e ainda hoje actuais, sobre demografia, produções e rendas agrícolas pagas à Igreja⁹.

Não era ainda o desejado vento da mudança. Basta lembrar que em França, na década de 1930-1940, depois da Grande Guerra, a história se renovava sob a influência da ideologia marxista e do nascimento da revista *Annales*. Nascia um novo espírito de investigação, que fazia apelo a outras disciplinas, da geografia à sociologia e economia, e não se confinava ao documento escrito nem à história descritiva, mas se abria à história-problema e à reflexão sobre as grandes crises¹⁰.

Obras de Ernest Labrousse sobre o movimento dos preços e a crise económica do Antigo Regime inauguravam uma nova história quantitativa e serial. História que procurava compreender as estruturas da sociedade, analisando as relações de produção, rendas e salários, atentando no jogo das hierarquias sociais, abrindo-se ao coletivo dos grupos e classes, como jogo histórico, e negando-se ao atomismo de campos específicos, em nome de uma história total e global, atravessada por todos os principais fenómenos económicos, sociais e culturais.

Marca maior nas gerações vindouras deixou a obra de Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II* (1949). Inaugura-se uma geo-

Usagre: contributo para o estudo do leonês e do galego-português no século XIII, Lisboa, 1984 (1ª ed., 1959) e *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 3 vols., Lisboa, 1983 (1ª ed., 1951-61); Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*, 4ª ed., Lisboa, 1986 (1ª ed., 1945).

⁷ Como amostra saliente-se o estudo de Jorge Dias, *Os arados portugueses e suas prováveis origens*, Coimbra, 1948, e o de Fernando Galhano, “Enxadas e sachos”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 14, 1953-1954.

⁸ Virgínia Rau, *A exploração e o comércio do sal de Setúbal: estudos de história económica*, vol. 1, Lisboa, 1982 (1ª ed., 1943); *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*, 2ª ed., Lisboa, 1982 (1ª ed., 1943); *Sesmarias medievais portuguesas*, 2ª ed., Lisboa, 1982 (1ª ed., 1946).

⁹ Torquato de Sousa Soares, “Les bourgs dans le nord-est de la Péninsule Ibérique: contribution à l'étude des origines des institutions urbaines en Espagne et au Portugal”, *Bulletin des Études Portugaises*, Lisboa, 9 (2), 1943, p. 5-15. Avelino de Jesus Costa, *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, 2 vols., 2ª ed. refundida e ampliada, Braga, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997-2000 (1ª ed., Coimbra, 1959).

¹⁰ Leia-se, a este propósito, a entrada de Joseph Goy, “Rurale (Histoire)”, in *La nouvelle histoire*, dir. J. Le Goff, R. Chartier, J. Revel, 1978. As diversas obras francesas a que nos reportaremos encontram-se aí devidamente identificadas.

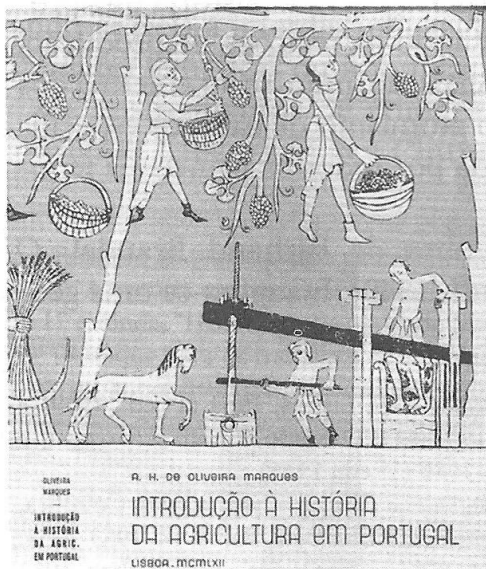
história, descobrindo-se a relação entre espaço e tempo e o diálogo complexo dos ritmos braudelianos da longa e curta duração, do tempo muito longo da relação do homem com o meio, do ritmo lento das civilizações e sociedades e do tempo curto do acontecimento.

Essa nova história económica, influenciada pela escola dos *Annales* e por esse mestre que foi Braudel, surgirá, entre nós, justamente com as obras de Magalhães Godinho, em especial *A economia dos descobrimentos henriquinos* (1962) e *Os descobrimentos e a economia mundial* (1963-71), apontando para uma análise de complexos historicogeográficos, uma história total, privilegiando os métodos quantitativos e seriais, que então renovavam a investigação histórica. Muitos serão, depois, os seus discípulos, que dinamizarão a história económica das épocas moderna e contemporânea.

A par deste arejamento da historiografia portuguesa, promissor de boas colheitas, não devemos esquecer o esforço de actualização nos conhecimentos que o *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, e iniciado em 1961, se propunha, compilando artigos temáticos, bem actualizados, da autoria dos melhores especialistas. Em consentâneo, sentia-se também a influência do pensamento de certos autores de formação marxista que desenvolviam as suas teorias interpretativas na análise de vários aspectos da problemática histórica, tais como Armando Castro nos seus vários volumes sobre *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV* (1964-70), António Borges Coelho, com as suas obras *A Revolução de 1383* (1965) e *Comunas e concelhos* (1973), ou mesmo Álvaro Cunhal com o trabalho *As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média* (1975).

Foquemos agora mais de perto a história medieval e mesmo a história rural¹¹, apresentando dois grandes mestres que formaram escola e um largo discipulato, criadores de novos corpos de mestres e discípulos.

Oliveira Marques publica, em 1962, a *Introdução à história da agricultura em*



Portugal: a questão cerealífera na Idade Média, estudo que será a obra-mãe da história rural portuguesa. Aí são minuciosamente analisadas as condições, as áreas e os meios de produção, a circulação e distribuição interna e externa, as técnicas comerciais, a panificação, os preços e o consumo, as crises dos séculos XIV e XV. Dois anos depois dá à estampa *A sociedade medieval portuguesa*, obra muito precoce para a sua época, que desperta a sensibilidade histórica para o quotidiano, e a multidimensionalidade da vida social, desenhando-nos quadros sobre a mesa, o traje, a casa, a higiene e saúde, o trabalho, ou outros mais íntimos sobre o afecto, a crença, a cultura, as distrações e a morte. Ainda nesse mesmo ano de 1964 publica o seu pre-

¹¹ Uma síntese da historiografia portuguesa sobre a ruralidade pode-se ver em Armando Luís de Carvalho Homem, Amélia Aguiar Andrade, Luís Carlos Amaral, "Por onde vem o medievismo em Portugal?", sep. de *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 22, 1988, sobretudo as páginas 122-127. E, porque o campo, no seu travejamento sócio-económico e mental é o suporte de muitas monografias de âmbito local, consulte-se a síntese elaborada por José Tengarrinha, "Historiografia dos estudos históricos locais em Portugal", *Perspectivas da História Local: Galicia y Portugal*, coord. J. Agirrezkuenaga e M. Urqueijo, Bilbao, 5, 1996, p. 29-48 (European Local and Regional Comparative History Series, n.º 5).

cioso *Guia do estudante de história medieval portuguesa*, em que nos apresenta bibliografias temáticas, nos abre as portas de arquivos, desvendando-nos a riqueza do seu espólio documental, incentivo à investigação e bússola norteadora na complexidade dos seus meandros. Em 1965, compila alguns dos seus estudos sobre população, estratificação social, comércio e moeda, na obra *Ensaio de história medieval portuguesa*, que aponta diversas pistas na abordagem da história económica e social. Finalmente, em 1972, oferece-nos uma primeira síntese actualizada da nossa *História de Portugal*.

José Mattoso, por sua vez, afirma-se, significativamente, no campo da historiografia portuguesa com a publicação, em 1957, da sua monografia *L'abbaye de Pendorada des origens à 1160*, modelo de tantos outros trabalhos sobre casas monásticas, em que, a par da vida espiritual e interna da comunidade, é também estudado o património da instituição, seu aproveitamento e modo de exploração, capítulos obrigatórios de tantas histórias rurais. Na sua tese de doutoramento, apresentada em 1968, analisa, mais abrangentemente, *Le monachisme ibérique et Cluny: les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*, sendo aí mais significativa a novidade na temática religiosa, mas onde não são, todavia, esquecidos aspectos da vida material das funções, actividades e quotidiano dos monges. Com estes dois trabalhos pioneiros arranca, com longa e pujante vida, a história monástica em Portugal. E é justamente a partir dos mosteiros que José Mattoso, atentando nos seus fundadores e padroeiros nobres, envereda pelo caminho do estudo da nobreza, na amplitude dos seus laços de família e parentesco, riqueza fundiária, poder, funções e mentalidade. Muitos serão os discípulos que se deixarão atrair por estes estudos da nobreza, nos quais a história social e mental convoca os conceitos e métodos da etnologia, antropologia e sociologia, para mais amplamente redimensionar o passado de um grupo e de uma sociedade. Inevitáveis serão as inter-recorrências com a história económica, no desenho de uma economia senhorial, nas suas características, funcionamento e abrangência espacial, tema igualmente de reflexão deste estudioso, que o levará depois a confrontar um Portugal senhorial com um Portugal concelhio de uma outra natureza, raiz e espacialidade.

Os ensinamentos destes Mestres, os eventos políticos, a abertura ao exterior e a renovação da Universidade foram fermentando longamente na década de 1970 para dar os esperados frutos nos anos 1980, mormente no campo da história rural, que será a especialidade em que doravante nos deteremos.

Se a Revolução de Abril é de todos conhecida, não será de esquecer que a mesma teve largas implicações no sector universitário. Recriada na década de 1960 a Faculdade de Letras do Porto, nascida depois da Revolução a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas que integra a Universidade Nova de Lisboa, e mantendo-se as clássicas Faculdades de Letras de Coimbra e Lisboa, assiste-se, em todas elas, a uma lufada de ar fresco com a entrada de jovens monitores e assistentes, com a afirmação de uns quantos que nelas haviam ingressado algum tempo antes, com o retorno de professores exilados, com a remodelação dos planos curriculares, com a abertura da investigação a novas áreas, períodos e metodologias. E será justamente no âmbito das Universidades e dos Centros de Investigação, ligados ao INIC (actualmente FCT), na maior parte dos casos nelas sediados, que, num sentido de escola, com mestres e discípulos, se darão os passos mais significativos na docência e investigação.

A história rural afirma-se como domínio de preferência dos anos 1980, com alguns antecedentes na década anterior. E recolhe todos os ensinamentos que vinham da Escola Francesa, onde imperavam os trabalhos que abordavam a temática num quadro

regional – dando a conhecer o Beauvais, a Provença, a Catalunha, o Languedoc – abandonando as grandes sínteses e o espaço nacional. É justamente entregue na Sorbonne, em 1964, uma tese de doutoramento da autoria de Albert Silbert que particulariza o espaço de *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*¹², da maior importância na historiografia portuguesa, onde se analisam a Beira Baixa e o Alentejo, na dialéctica das suas culturas e da criação de gado, demorando-se na reconstituição da sociedade e do colectivismo agrários. Em muitos destes trabalhos da Escola Francesa privilegia-se, então, a demografia histórica, procura-se explicar a sociedade, na longa duração, atentando na sua estruturação e fazendo emergir o papel do campesinato e o alcance dos movimentos populares. Criam-se modelos interpretativos de crescimento-depressão, e de recuperação-equilíbrio e prevalece uma explicação neo-malthusiana, que põe a tónica na relação entre população e subsistência, procurando detectar os impulsos e as quebras, mesmo numa sociedade aparentemente estacionária na longa duração. Em França, a evolução caminhará para a permeabilização da história rural à antropologia histórica, etnologia, sociologia e outras ciências sociais, abrindo-se ao estudo da sociabilidade, dos comportamentos colectivos (violência, doença, morte, casamento, família), do costume, da cultura popular. Já nos Estados Unidos da América se assiste a uma revitalização da história quantitativa, até com métodos actuais, consagrando-se uma *New Economic History*.

Em Portugal prevalece, na maioria dos historiadores, a influência da Escola Francesa. Os grandes trabalhos – sobretudo teses de doutoramento – vão ter por base de análise ou uma instituição religiosa – as mais ricas em documentação – ou uma região. Assim, em 1979, Aurélio de Oliveira apresenta à Faculdade de Letras do Porto uma tese sobre *A Abadia de Tibães (1630/80-1813): propriedade, exploração e produção agrícola no Vale do Cávado no Antigo Regime*, onde os ensinamentos da história quantitativa e serial estão ainda muito presentes, na análise de preços, produções, consumos e salários. Ainda que apresentada em França em 1980, a tese de Robert Durand incide sobre a história rural portuguesa, abordando *Les campagnes portugaises entre Douro et Tâge aux XII^e et XIII^e siècles*¹³, nela se dando um grande relevo à espacialidade e enquadramento dos homens e aos comportamentos colectivos. E para o período medieval não se pode esquecer a influência que um historiador espanhol, como García de Cortázar, teve entre nós, sobretudo a partir da sua obra metodológica, *Historia rural medieval*¹⁴, propondo um esquema de análise de base regional que percorresse as etapas da ocupação do espaço, da exploração do espaço ocupado, da ordenação do poder de disposição sobre o espaço explorado e, por fim, a relação entre a sociedade rural e a sociedade englobante.

Na sequência cronológica da produção historiográfica, que não o é menos das várias linhas de influências, apresenta-se a minha própria tese de doutoramento, defendida em 1983, versando sobre *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*¹⁵. Perspectivada a partir de uma região, que nos pareceu bastante coerente e específica, no diálogo da terra com um rio e do campo com uma cidade, analisaram-se os

¹² Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime, XVIII^e-début du XIX^e siècle: contribution à l'histoire agraire comparée*, 2^a ed., 3 vols., Lisboa, INIC, 1978.

¹³ Publ. em Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1982.

¹⁴ Trad. port., Lisboa, Ed. Estampa, 1983.

¹⁵ Publ. em 2^a ed., 2 vols., Lisboa, INCM, 1989.

momentos de mais funda depressão ou de lenta recuperação que marcaram um tempo longo de crise; caracterizou-se a economia senhorial dominante, nos vectores da propriedade, actividades produtivas, rendas e circulação dos bens; focaram-se os diversos níveis de poder – régio, senhorial, concelhio – que a atravessaram, para, finalmente, conhecermos os seus ocupantes, os camponeses, nas suas hierarquias, nos traços do seu viver quotidiano e nas suas tensões sociais.

Logo no ano seguinte, Iria Gonçalves apresenta uma tese de doutoramento igualmente sobre história rural, mas a partir do quadro institucional do grande mosteiro cisterciense de Alcobaça ¹⁶. Fixando-se, essencialmente, nos aspectos económicos e não sociais, percorre a construção do domínio, a política de exploração dos bens, a gestão financeira e o alcance da organização senhorial daquela casa monástica.

Como que no cruzamento das problemáticas da produção agrícola, circulação, distribuição, comercialização e consumo dos géneros, se centra a tese de doutoramento de Joaquim Romero de Magalhães, apresentada nesse mesmo ano de 1984 à Faculdade de Economia de Coimbra, sobre *O Algarve económico, 1600-1773* ¹⁷. Já antecedida de uma obra bem pioneira para o seu tempo, primícias do discipulado de Magalhães Godinho, que foi a sua dissertação de licenciatura, publicada em 1970, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*.

Precedendo estes trabalhos maiores ou seus contemporâneos, algumas dissertações de mestrado ou artigos e comunicações de natureza vária acompanharam o desenvolvimento de diversas facetas da história rural. Assim eu própria, ao estudar, na minha monografia de licenciatura, defendida em 1971, *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII* ¹⁸, não deixei de analisar o património da instituição, desde os seus modos e ritmos de aquisição, os seus componentes, a exploração do domínio, bem como o meio rural envolvente. Já Ana Maria Rodrigues se voltou para a análise de uma colegiada, estudando, para a sua dissertação de mestrado, apresentada na Sorbonne em 1981, *La collégiale de S. Pedro de Torres Vedras (fin XIII^e – fin XV^e siècles): étude économique et sociale*, a constituição do seu domínio, o seu aproveitamento agrícola e as rendas dele auferidas, tema que depois particularizou em alguns outros trabalhos. No Porto, Luís Carlos Amaral detinha-se, na sua dissertação de mestrado, em 1987, sobre *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV: estudo de gestão agrária* ¹⁹, mosteiro possuidor de fontes – aliás publicadas anteriormente pelo mesmo estudioso – que permitiram fazer um balanço dos ingressos e gastos da instituição. São também da sua autoria alguns outros artigos sobre a propriedade imobiliária do concelho do Porto, os prazos da câmara e do cabido portuenses ou o património fundiário da Sé de Braga, em diferentes épocas cronológicas.

Entretanto, o espaço alentejano e o alcance do património e administração de instituições outras, de natureza assistencial, eram analisados na dissertação de mestrado, apresentada em Lisboa, em 1986, por Bernardo Vasconcelos e Sousa sobre *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média* ²⁰. Ainda na mesma Universidade Nova de Lisboa era defendida, em 1989, outra monografia sobre uma

¹⁶ Publ. sob o título *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, UNL-FCSH, 1989.

¹⁷ Publ. depois em Lisboa, Ed. Estampa, 1988.

¹⁸ Publ. em Coimbra, Centro de História da Universidade, 1977 e depois em 2^a ed., Arouca, Câmara Municipal, 1988.

¹⁹ Publ. em Lisboa, Ed. Cosmos, 1994.

²⁰ Publ. em Lisboa, INIC, 1990.

instituição religiosa, desta vez *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*²¹, da autoria de Saul António Gomes, em que a economia senhorial da casa é minuciosamente estudada em relação com a comunidade conventual, para além do enquadramento político-administrativo do meio social e humano em que se inseria. E seria longo enumerar tantos outros estudos destes historiadores já citados, ou de muitos outros, em que foram iluminadas particularidades de unidades agrícolas, culturas e produções²², rendas e rendimentos, efeitos de recessão no mundo rural, aspectos da contestação e resistência do campesinato e do seu viver quotidiano, ou desenharam o fâcies de certas vilas e aldeias rurais, como, entre outras, Paços de Ferreira²³, Santa Maria da Feira²⁴ e Esgueira²⁵. Por sua vez, em 1990, era apresentada, na Faculdade de Letras de Coimbra, uma tese de doutoramento sobre *Propriedade fundiária e rendas da Coroa no reinado de D. Dinis: Guimarães*, que transpunha o ângulo de visão para o património régio e a sua política de povoamento e exploração da terra, permitindo, assim, algumas comparações com os senhorios eclesiásticos.

Importa referir que, enquanto a historiografia portuguesa progredia, na década de 80, por esta senda do ruralismo, abria-se igualmente ao lançamento da história urbana e à renovação do movimento e mundo concelhios. Logo muitos dos trabalhos sobre vilas e cidades – Lisboa, Chaves, Guarda, Ponte de Lima, Guimarães, Óbidos, Sintra, Aveiro, Abrantes, Tomar, Setúbal, Beja, Silves, Alenquer, Porto, Santarém, Montemor-o-Novo, Elvas, Alcácer do Sal²⁶ – não deixam também de desenhar a ambiência do seu

²¹ Publ. pelo Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.

²² De destacar, entre os múltiplos artigos, a dissertação de mestrado de Mário Viana, *Os vinhedos medievais de Santarém*, Cascais, Patrimonia, 1998.

²³ José Mattoso, Amélia Aguiar Andrade, Luís Krus, “Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrária”, sep. de *Paços de Ferreira: Estudos Monográficos*, Paços de Ferreira, Câmara Municipal, 1986.

²⁴ José Mattoso, Luís Krus, Amélia Aguiar Andrade, *O Castelo da Feira: a Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, Ed. Estampa, 1980; e *A terra de Santa Maria no século XIII: problemas e documentos*, Feira, Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria, 1993.

²⁵ Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Esgueira: a vida de uma aldeia do século XV*, tese de mestrado defendida em 1990 e depois publicada (Redondo, Patrimonia, 1994).

²⁶ Gérard Pradalié, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, 1975; Nuno José Pizarro Pinto Dias, “Chaves Medieval: séculos XIII e XIV”, *Revista Aquae Flavie*, Chaves, 3, 1990, p. 35-94; Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval: posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*, Lisboa, Sá da Costa, 1987; Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Liv. Horizonte, 1990, esta mesma autora desenvolve o processo de urbanização do entre Lima e Minho na sua dissertação de doutoramento, *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo de entre Lima e Minho medieval*, Lisboa, FCSH-UNL, 1994 (policop.) e em vários outros estudos que compila na obra, *A construção medieval do território*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de elite na Guimarães medieval: 1376-1520*, Guimarães, Câmara Municipal, 1989; *idem*, *Guimarães: “duas vilas um só povo”: estudo de história urbana (1250-1389)*, 3 vols., Braga, Univ. Minho, 1997 (dissertação de doutoramento policop.); Manuela Santos Silva, *Óbidos medieval: estruturas urbanas e administração concelhia*, Lisboa, 1987 (publ. em Cascais, Patrimonia, 1997, em versão reformulada com o título *Estruturas urbanas e administração concelhia: Óbidos medieval*); Sérgio Carvalho, *A vila de Sintra nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1988 (policop.); Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Aveiro medieval*, Aveiro, Câmara Municipal, 1991; Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes medieval: 1300-1500*, Abrantes, Câmara Municipal, 1988; Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar medieval: o espaço e os homens, séculos XIV-XV*, Cascais, Patrimonia, 1996; Paulo Drumond Braga, *Setúbal medieval (séculos XIII a XV)*, Setúbal, Câmara Municipal, 1998 (policop.); Hermenegildo Fernandes, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo: o caso de Beja*, Lisboa, 1991 (policop.); Maria de Fátima Botão, *Silves: capital de um reino medievo*, Silves, Câmara Municipal, 1992; João Pedro Ferro, *Alenquer medieval (séculos XII-XV): subsídios para o seu estudo*, Cascais, Patrimonia, 1996; *História do Porto*, dir. de Luís de Oliveira Ramos, Porto, Porto Editora, 1994; Maria Ângela Beirante, *Santarém medieval*, Lisboa, UNL, 1980; *Santarém Quinhentista*, Lisboa, [Ed. A.], 1981; Jorge Fonseca, *Montemor-o-Novo no século XV*, Montemor-o-Novo, 1998; Fernando Manuel Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, Lisboa,

termo, que é essencialmente rural, alargando-se os horizontes para a dialética que se estabelece entre a cidade e o campo e para as relações que os homens dos termos estabelecem com as elites dirigentes da sede concelhia. Bom exemplo destas interdependências económicas e sociais entre a cidade e o seu meio envolvente oferece-nos Maria Ângela Beirante, na sua tese de doutoramento, apresentada em 1988, sobre *Évora na Idade Média*²⁷, seguida da de Ana Maria Rodrigues, defendida na Universidade do Minho, em 1992, sobre *Torres Vedras: a vila e o termo nos finais da Idade Média*²⁸, aqui claramente enfocando as paisagens, as actividades económicas, as estruturas sociais e de poder, no abrangente quadro espacial da vila torriense e seu dilatado alfoz.

Este último trabalho é já, como referimos, dos anos 90, os quais, pelo menos na produção científica da sua primeira metade, se apresentaram com uma continuação, se bem que inovadora em certas temáticas, do anterior.

As monografias sobre instituições eclesiásticas, que sempre abordam os aspectos económicos, do seu património aos seus rendimentos, a par de outras contextualizações mais de natureza social ou religiosa, continuam a produzir-se, quer para o período medieval, quer para o moderno. Para tempos medievais são-nos dados a conhecer o mosteiro e a colegiada de Guimarães, o mosteiro de Santa Maria de Oliveira, os mosteiros de S. Simão da Junqueira, de Santo Tirso e Aguiar da Beira²⁹, os mosteiros femininos de S. Salvador de Vairão, Arouca e Celas, em Coimbra, Semide e Lorvão, nas suas redondezas, Chelas em Lisboa³⁰, e ainda o mosteiro de cónegos regrantes de S. Vicente de Fora³¹, além de múltiplas colegiadas e cabidos, sobremaneira de Coimbra e Braga³² e algumas instituições de

FCSH-UNL, 1999 (dissertação de mestrado policop.); Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Ed. Colibri, 2000. Será ainda frutuoso consultar a obra *Atlas das cidades medievais portuguesas: séculos XII-XV* vol. 1, org. por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, Lisboa, INIC, 1990.

²⁷ Publ., em Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-JNICT, 1995.

²⁸ Publ., em Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-JNICT, 1995.

²⁹ Cláudia Maria Novais Toriz da Silva, *O mosteiro e a colegiada de Guimarães (ca 950-1250)*, 2 vols., Porto, FLUP, 1991 (tese de mestrado policop.); Maria do Rosário da Costa Bastos, *Santa Maria de Oliveira: um domínio monástico do Entre-Douro e Minho em finais de Idade Média*, Porto, FLUP, 1993 (publ. em Vila Nova de Famalicão, Portofólio, 1996); Sérgio Lira, *O mosteiro de S. Simão da Junqueira, dos primórdios a 1300*, 2 vols., Porto, FLUP, 1993 (tese de mestrado policop.); Arnaldo Rui Azevedo de Sousa Melo, *O couto de Santo Tirso (1432-1516): espaço e economia*, 2 vols., Porto, FLUP, 1995 (tese de mestrado policop.); António Maria Balcão Vicente, *Santa Maria de Aguiar - um mosteiro de fronteira. Património rural e paisagem agrícola: séculos XII-XIV*, Figueira de Castelo Rodrigo, Câmara Municipal, 1997.

³⁰ Alcina Manuela de Oliveira Martins, *O mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média: o percurso de uma comunidade feminina*, 2 vols., Porto, Univ. Portucalense, 1999 (tese de doutoramento policop.); Luís Miguel Malva de Jesus Repas, *Quando a nobreza traça de branco: a comunidade cisterciense de Arouca durante o abadesado de D. Luca Rodrigues (1286-1289)*, 2 vols., Coimbra, FLUC, 2000 (tese de mestrado policop.); Maria do Rosário Barbosa Mojurão, *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (século XIII a XV)*, Porto, FLUP, 1991 (tese de mestrado policop.); Rui Cunha Martins, *Património, parentesco e poder: o mosteiro de Semide do século XII ao XV*, Lisboa, Escher, 1992; Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O domínio de Santa Maria de Lorvão no século XIV: gestão feminina de um património fundiário*, Lisboa, FCSH-UNL, 1997 (tese de mestrado policop.); Maria Filomena Pimentel de Carvalho Andrade, *O mosteiro de Chelas, uma comunidade feminina na Baixa Idade Média: património e gestão*, Cascais, Patrimonia, 1996.

³¹ Carlos Manuel C. Guardado da Silva, *S. Vicente de Fora no período da sua formação: séculos XII-XIII*, Lisboa, FLUL, 1997 (tese de mestrado policop.).

³² Maria Inez Gonçalves Marques, *A colegiada de S. Martinho de Sintra nos séculos XIV e XV: património e gestão*, Lisboa, FCSH-UNL, 1997 (tese de mestrado policop.); Maria de Fátima Botão, *Poder e influência de uma igreja medieval: a colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém*, Cascais, Patrimonia, 1998; Carla Patrícia Rana Varandas, *A colegiada de S. Pedro de Coimbra das origens ao final do século XIV: estudo económico e social*, 2 vols., Coimbra, FLUC, 1999 (tese de mestrado policop.); Maria Cristina Gonçalves Guardado, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais: das origens ao início do século XV*, 2 vols., Coimbra, FLUC, 1999

assistência³³, que mais nos elucidam sobre a ambiência rural do Entre Douro e Minho, da Beira e da Estremadura. Mas as abordagens regionais, se bem que menos frequentes, até porque mais complexas, desde logo pelos diversos fios condutores da sua investigação, continuaram a traduzir-se em bons trabalhos que nos ilustraram a vertente ocidental da Serra da Estrela, na sua ruralidade, a região de Óbidos, o confronto entre a paisagem rural e a urbana no Médio Tejo, a ruralidade da margem direita do Baixo Tejo, a ruralidade da margem direita do Baixo Tejo ou ainda os homens em diálogo com o espaço, os poderes e a terra entre Tejo e Guadiana³⁴.

Do mestrado em História Moderna do Porto têm saído diversas teses sobre a região atlântica do Entre Douro e Minho, estruturadas a partir dos mosteiros de Bustelo, Bouro, Pedroso, Paço de Sousa, Santo Tirso, Ganfei, Garvoeiro, Miranda, Grijó, Rendufe e Arnóia, que recortam os comportamentos agrícolas da produção e as oscilações dos rendimentos, a partir da exploração de abundantes dados quantitativos e seriais, em que é pródiga a Idade Moderna, permitindo já estudos comparados de certos conjuntos regionais nortenhos³⁵. No

(tese de mestrado policop.); Ana Andrea de Abreu Soeiro de Barros, *A aquisição e gestão de bens pelo cabido de Braga na primeira metade da centúria de Trezentos (1300-1350)*, Braga, Univ. Minho, 1998 (tese de mestrado policop.); Cristina Peixoto de Carvalho, *O património do cabido da Sé de Braga nos finais do século XIV*, Braga, Univ. Minho, 1998 (tese de mestrado policop.); José Salgueiro Cerqueira, *A exploração económica das propriedades do cabido da Sé de Braga nos finais da Idade Média (1465-1515)*, Braga, Univ. Minho, 1998 (tese de mestrado policop.); Maria Celeste Brandão Ferreira, *Os bens, direitos e rendimentos do cabido da Sé de Braga (1393-94/1403-04)*, Braga, Univ. Minho, 2000 (tese de mestrado policop.); Alexandra Maria Monteiro Nogueira, *Formação e defesa do património do cabido da Sé de Braga nos finais da Idade Média (1351-1500)*, Braga, Univ. Minho, 1998 (tese de mestrado policop.).

³³ António José de Oliveira, *A Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães: séculos XIV-XVI*, Braga, Univ. Minho, 1999 (tese de mestrado policop.); Luís António Santos Nunes Mata, *Ser, ter e poder: o hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média*, Leiria, Ed. Magno, 2000.

³⁴ Maria Isabel Castro Pina, *A encosta ocidental da Serra da Estrela: um espaço rural na Idade Média*, Lisboa, FCSH-UNL, 1993 (publ. em Cascais, Patrimonia, 1998); Manuela Santos Silva, *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*, Lisboa, FLUL, 1996 (tese de doutoramento policop.); Manuel Silvio Conde, *O Médio Tejo nos finais da Idade Média: a terra e as gentes*, 2 vols., Ponta Delgada, Univ. Açores, 1997 (publ. em Cascais, Patrimonia, 2000, com o título *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*); Maria Manuela Catarino, *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)*, Cascais, Património, 2000; Stéphane Boisselier, *Naissance d'une identité portugaise: la vie rurale entre Tâge et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (X^e-XIV^e siècles)*, Lisboa, INCM, 1998.

³⁵ Fernanda Paula Sousa Maia, *O mosteiro de Bustelo: propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638-1617 e 1710-1821)*, Porto, 1990 (publ., Porto, Univ. Portucalense, 1991); Salvador Magalhães Mota, *O mosteiro de Santa Maria de Bouro: propriedade e rendas (1655-1775)*, Porto, 1989 (policop.); o mesmo autor ampliou o estudo da temática na sua tese de doutoramento, *O senhorio cisterciense de Santa Maria de Bouro: património, propriedade, exploração e produção agrícola (1570-1834)*, Porto, FLUP, 2000 (policop.); Isilda Braga da Costa, *O mosteiro de Pedroso 1560-1698: património, gestão e administração jesuítas*, Porto, 1990 (publ., Porto, Univ. Portucalense, 1993, sob o título *A administração jesuíta do mosteiro de Pedroso de 1560 aos finais do século XVII*); Inês Amorim, *Mosteiro de Grijó, senhorio e propriedade de 1560-1720: formação, estrutura e exploração do seu domínio*, Porto, 1986 (publ., Braga, 1997); Maria Cesília Encabo y Valeciano, *O mosteiro de Rendufe: propriedade e produção agrícola (1629-1674 e 1713-1822)*, Porto, FLUP, 1993 (tese de mestrado policop.); Isabel de Fátima Conceição Carvalho, *O mosteiro de Arnóia: património e rendas de 1629 a 1822*, Porto, 1996 (tese de mestrado policop.). A referência aos trabalhos sobre os demais mosteiros colhemo-la da introdução de Aurélio de Oliveira à publicação da primeira tese citada. Estes mesmos autores têm produzido outros artigos sobre a temática rural como se pode consultar na obra *Repertório bibliográfico da historiografia portuguesa: 1974-1994*, Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto Camões, 1995. Uma tese de doutoramento de geografia, apresentada naquela Escola, permite-nos um confronto com a espacialidade transmontana (Fátima Maria Tedim de Sousa Pedrosa, *A Serra do Marão. O homem, o meio e as dinâmicas territoriais*, 3 vols., Porto, FLUP, 1999 (policop.). Acrescente-se que nos múltiplos trabalhos que se têm produzido sobre a demografia, economia e administração de cidades e vilas nos tempos modernos se colhem também elementos do maior interesse. Como exemplo refira-se, entre muitos outros, a colectânea *O Minho e os seus municípios. Estudos económicos-administrativos sobre o município português nos horizontes da Reforma Liberal*, dir. José Viriato Capela, Braga, 1995.

reverso da medalha salienta-se a posição dos rendeiros ou camponeses que detêm ou trabalham os bens dessas instituições. Assim, por exemplo, as análises, para a época moderna, dos rendeiros, enfiteutas e subenfiteutas do mosteiro de Pedroso ³⁶. Análises a confrontar com o estudo, a partir das décimas, dos proprietários, rendeiros e enfiteutas dos campos em torno da cidade de Lisboa, em finais do Antigo Regime ³⁷.

A região centro foi objecto de uma tese de doutoramento, defendida em Coimbra por Maria Margarida Sobral Neto, intitulada *O regime senhorial, sociedade e vida agrária. O mosteiro de Santa Cruz e a região de Coimbra: 1700-1834* (Coimbra, 1991). Nela houve uma intenção de analisar, em tempo longo, o domínio territorial e jurisdicional do mosteiro crúzio, tantas vezes confrontado com outros senhores, mormente a Universidade, e sujeito a diversas conjunturas políticas, para se fixar muito particularmente na contestação anti-senhorial. Estudo que comparado com o meu próprio sobre a ambiência rural do Baixo Mondego permite entrever, em tendência longa, o enraizamento de certas práticas rurais e de alguns comportamentos do campesinato. Acentue-se, porém que, na sequência dos múltiplos trabalhos académicos realizados, no âmbito da história económica e social, os recortes espaciais alcançam também as terras litorâneas, taganas e de além Tejo, as ilhas ou mesmo o todo nacional ³⁸.

O património, a gestão agrária e as rendas das instituições eclesíásticas, dos mosteiros às Sés, das colegiadas às Ordens Militares, ou das assistenciais, com destaque para as Misericórdias, têm constituído, de facto, um enfoque privilegiado de análise ³⁹. Todavia, já com uma certa representatividade vão surgindo estudos que nos revelam o património da Coroa ou o de certos membros da família real – como o caso dos duques – e ainda da nobreza, seja na individualização de certas fortunas pessoais, ou na globalidade de certas casas, tal como a de Bragança, estudos estes que nos dão a conhecer o domínio, as estratégias do seu aproveitamento e as rendas dos senhores leigos ⁴⁰. Para

³⁶ Isilda Braga da Costa, “Os rendeiros do mosteiro de Pedroso, 1604-1721: tipo social”, *Revista de Ciências Históricas*, Porto, 6, 1991; “Enfiteutas e subenfiteutas do mosteiro de Pedroso em 1575: uma abordagem”, in *Congreso señorío y feudalismo en la Península Ibérica (siglos XII-XIX)*. Actas, Zaragoza, 1989.

³⁷ José Vicente Serrão, *Os campos da cidade. Configuração das estruturas fundiárias da região de Lisboa nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, ICTE, 2000 (tese de doutoramento policop.).

³⁸ Inês Amorim, *Aveiro e sua provedoria no século XVIII (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico*, Coimbra, CCRC, 1997; Joaquim Candeias Silva, *A vila e seu termo no tempo dos Filipes: 1580-1640*, 4 vols., Lisboa, FLUL, 1998 (tese de doutoramento policop.); João dos Santos Ramalho Cosme, *O Além Guadiana português da Restauração ao Tratado de Utreque: 1640-1715. Política, sociedade, economia e cultura*, 2 vols., Lisboa, FLUL, 1994 (tese de doutoramento policop.); Graça Maria Soares Nunes, *Economia e sociedade na instalação do Liberalismo. Região de Vila Franca de Xira: 1820-1850*, Lisboa, FLUL, 1999 (tese de mestrado policop.); Miguel Jasmins Rodrigues, *Organização dos poderes e estrutura social. A ilha da Madeira: 1460-1521*, Cascais, Patrimonia, 1996; Benedita Câmara, *A economia da Madeira: 1850-1914*, 2 vols., Funchal, Univ. Madeira, 1997 (tese de doutoramento policop.); Maria Teresa Rabaça Gaspar, *A circulação de cereais entre Portugal e o norte de África no século XV*, Lisboa, FLUL, 1997 (tese de mestrado policop.); António dos Santos Pereira, *Espaços, homens e recursos. Contribuição para a história da produção em Portugal: 1475-1525*, Lisboa, FLUL, 1994 (tese de doutoramento policop.).

³⁹ E mesmo certos trabalhos de história religiosa não deixam nunca de abordar a questão do património das instituições, como por exemplo a tese de doutoramento de José Marques, sobre *A arquidiocese de Braga no século XV*, apresentada em 1981 e publicada em Lisboa, INCM, 1988, que nos dá preciosos informes de povoamento e cultivo da terra. Nos estudos sobre as Misericórdias que aludem ao seu património e gestão, refira-se o bem recente de Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e Ponte de Lima, 2000.

⁴⁰ Assim, para além da já citada tese de Maria Rosa Marreiros, refira-se a tese de doutoramento de João Silva de Sousa, *A casa senhorial do infante D. Henrique*, Lisboa, Liv. Horizonte, 1991 e a dissertação de mestrado de

depois, na época moderna e contemporânea, os trabalhos se centrarem sobre a mentalidade e a acção do patriciado urbano e de empresários burgueses⁴¹ numa análise dos seus níveis de fortuna, estruturas patrimoniais e mobilidade social⁴², ou sobre as heranças familiares e mesmo o índice de alfabetização no mundo rural⁴³.

A conflituosidade, nas suas diversas causas – de reacção à opressão senhorial ou de oposição à política e fiscalidade régias – e nas suas múltiplas manifestações ao longo dos tempos, constitui tema forte da historiografia portuguesa. As tensões e a resistência dos grupos sociais mais desprotegidos, em tempos medievos, foram analisados por historiadores como Baquero Moreno, Maria José Tavares e eu própria, entre tantos outros⁴⁴. Alguns estudos deram, depois, um quadro sobre o estado de conflituosidade

Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentesco e poder: a Casa de Bragança (1348-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990. O volume II da tese de doutoramento de Leontina Ventura, *A nobreza de corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992 (policop.) fornece-nos minuciosos dados sobre o papel domínial e jurisdicional de muitas famílias nobres. E qualquer trabalho sobre uma casa nobre aborda as suas bases patrimoniais e senhoriais, como fazem Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (século XIII-XIV)*, Lisboa INCM, 2000 (mas apresentada em 1995) e Luís Filipe Oliveira, *A Casa dos Coutinhos. Linhagem, espaço e poder (1360-1425)*, Cascais, Patrimonia, 1999. Bem importante é ainda um estudo de Cristina Rodrigues e outros sobre “O Entre Cávado e Minho, cenário de expansão senhorial no século XIII”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, 4ª série, 2, 1978. E sobre um possidente não nobre, veja-se o estudo de Maria de Lurdes Rosa, *Os bens e a gestão da riqueza de um proprietário laico do século XIV: Pero Afonso Mealha*. Redondo, Patrimonia, 1995. Para tempos modernos destaquem-se as teses sobre casas senhoriais e da família real de Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, *O crepúsculo dos grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, INCM, 1998; Maria Paula Marçal Lourenço, *A casa e o estado do Infantado (1654-1706). Formas e práticas administrativas e um património senhorial*, Lisboa, JNICT-CHUL, 1995; e *Casa, corte e património das rainhas de Portugal (1640-1754). Poderes, instituições e relações sociais*, 2 vols., Lisboa, FLUL, 1999 (policop.).

⁴¹ Assim os trabalhos de Ana Maria Cardoso de Matos, Conceição Andrade Martins, Maria de Lurdes Betencourt, “Um empresário agrícola oitocentista”, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 10, Jul.-Dez., 1982, p. 87-93; *Senhores da terra, diário de um agricultor alentejano: 1832-1889*, Lisboa, INCM, 1982; Conceição Andrade Martins, “Opções económicas e influências políticas de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos”, *Análise Social*, Lisboa, 4ª série, 27 (116-117), 1992, p. 367-404.

⁴² Tais como os estudos de Pedro de Brito, *Património Urbano Quinhentista. As famílias dominantes do Porto (1500-1580)*, Porto, Arquivo Histórico Municipal-Câmara Municipal, 1997; Maria Manuela Rocha, “Níveis de fortuna e estruturas patrimoniais no Alentejo: Monsaraz, 1800-50”, *Análise Social*, Lisboa, 4ª série, 26 (112-113), 1991, p. 629-651; *Propriedade e níveis de riqueza: formas de estruturação social em Monsaraz na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1994; Helder Adegar Fonseca, *Um empresário e uma empresa agrícola na 1ª metade do século XIX: José Joaquim Teixeira e a Quinta do César no Carregado*, 2 vols., Évora, Universidade, 1984 (policop.); “Sociedade e elites alentejanas no século XIX”, *Economia e Sociologia*, Évora, 45-46, 1988, p. 64-67; *Economia e atitudes económicas no Alentejo oitocentista*, 2 vols., Évora, Ed. A., 1992 (publ. em Lisboa, INCM, 1996, com o título *Alentejo no século XIX: economia e atitudes económicas*); Emília Maria Salvado Borges Ribeiro dos Santos, *Homens, fazenda e poder no Alentejo de Setecentos. O caso de Cuba*, Lisboa, FLUL, 1997 (tese de mestrado policop.); Maria Antónia de Figueiredo Pires de Almeida, *Elites sociais locais alentejanas. Continuidade e mudança. Avis 1886-1941*, Lisboa, Ed. A., 1997 (publ. em Lisboa, Colibri, 1997, com o título *Família e poder no Alentejo (elites de Avis – 1886-1941)*).

⁴³ A título de exemplo citem-se as teses de doutoramento de Maria de Fátima S. Brandão, *Terra, herança e família no Noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no século XIX*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994; Justino Pereira de Magalhães, *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime. Um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*, Braga, Univ. Minho-Instituto de Educação, 1994. E nesta colectânea leia-se o estudo de Ana Cristina Araújo.

⁴⁴ Sem pretender apresentar uma qualquer lista exaustiva, refiram-se, entre os múltiplos artigos de Humberto Baquero Moreno, sobre esta problemática, as compilações: *Tensões sociais em Portugal na Idade Média*, Porto, Liv. Athena, 1975; *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV: estudos de história*, Lisboa, Ed. Presença, 1985; *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval: estudos de história*, Lisboa, Ed. Presença, 1990; Maria José Ferro Tavares, “A revolta dos mestrais de 1383”, in 3ª *Jornadas*

em tempos filipinos e no advento da Restauração, particularizando casos, como a contestação fiscal de Lamego e Porto em 1629 ou os levantamentos populares de Arcozelo em 1635, de Braga em 1635-37, no Algarve em 1637-38, no distrito de Portalegre em 1637-38 ou em Viana do Castelo em 1636. Para épocas posteriores foram analisados os motins populares no tempo de D. João V e os de Abrantes e Viseu em 1708 e 1710⁴⁵.

Já para a época contemporânea, a tese de doutoramento, de Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, sobre *Violência, justiça e sociedade rural: os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918* (Coimbra, 1990), coloca-nos esta questão numa mais ampla abrangência. Essencialmente através dos processos judiciais conhecem-se as tensões, os conflitos, a violência e os delitos, no âmbito de algumas comunidades rurais da região de Coimbra, na segunda metade do século XIX e inícios do seguinte, a interrelacionar com estas mesmas vivências noutros espaços⁴⁶.

Mas ainda um mais vasto cenário, porque alargado a todo o país, nos oferece a tese de José Tengarrinha, defendida, em 1992, na Faculdade de Letras de Lisboa, sobre *Movimentos populares agrários em Portugal (1751-1825)*⁴⁷, em que o autor, caracterizando socioeconomicamente os períodos curtos que pontuaram as centúrias de Setecentos e Oitocentos, se detém sobre as diversas motivações e concretizações dos movimentos populares que durante as mesmas ocorreram.

Têm sido mais os modernistas que, nos últimos anos, em estudos vários, nos vão revelando aspectos específicos da paisagem agrária, especialmente relacionados com a

Arqueológicas, Lisboa, AAP, 1978, p. 357-383; “Revoltas contra os judeus no Portugal medieval: para um estudo da mentalidade”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 6, 1984, p. 161-173; “Conflitos sociais em Portugal no século XIV”, in *Jornadas de História Medieval: 1383-1385 e a Crise Geral dos séculos XIV/XV*, Actas, Lisboa, História & Crítica, 1985, p. 311-321. Maria Helena da Cruz Coelho, “Contestação e resistência dos que vivem da terra”, sep. de *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 18, Jul.-Dez. 1986; “Relações de domínio no Portugal concelhio de meados de Quatrocentos”, sep. de *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 25, 1990. José Mattoso, “Revueltas y revoluciones en la Edad Media portuguesa”, in *Revueltas y revoluciones en la Historia*, Salamanca, Universidad, 1990. Armando Luís de Carvalho Homem, “Notícia sobre um levantamento popular nas vésperas do Interregno”, sep. de *Bracara Augusta*, Braga, 32 (73-74) Jan.-Dez. 1978. Maria da Conceição Falcão Ferreira, “Uma contenda entre o cabido de Santo Estêvão de Valença e os lavradores de Afife e Vila Meã: 1509”, sep. de *Revista de Ciências Históricas*, Porto, 4, 1989. Dispensamo-nos aqui de citar muitos outros importantes estudos, sobretudo a inúmera bibliografia que ao período agitado de 1383-1385 se reporta.

⁴⁵ António de Oliveira, “Contestação fiscal em 1629: as reacções de Lamego e Porto”, sep. de *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 6, 1984; “O levantamento popular de Arcozelo em 1635”, sep. de *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 17, 1977; “Levantamentos populares no arcebispado de Braga em 1635-1637”, sep. de *Bracara Augusta*, Braga, 34 (78-91) Jul.-Dez. 1980; “Levantamentos populares no Algarve em 1637-1638: a repressão”, sep. de *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 20, 1983; “Levantamentos populares no distrito de Portalegre em 1637-1638”, sep. de *A Cidade*, Portalegre, 3, Jan.-Jun. 1989. Aurélio de Oliveira, *Contribuição para o estudo das revoltas e motins populares em Portugal: as sublevações de Viana do Castelo em 1636*, Porto, 1979 (policop.). Joaquim Romero Magalhães, “1637: motins da fome”, *Biblos*, Coimbra, 52, 1976, p. 319-333. Luís Ferrand de Almeida, “Motins populares no tempo de D. João V: breves notas e alguns documentos”, sep. de *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 6, 1984; “Os motins de Abrantes e Viseu: 1708 e 1710”, sep. de *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 22, 1985.

⁴⁶ A título de exemplo, cite-se a tese de mestrado de Jorge Alberto Brandão Soares de Carvalho, *Tensões numa comunidade rural do Baixo Minho – Adaiúfe e o seu juiz da paz (1835-1880)*, Braga, UM, 1993 (policop.).

⁴⁷ Publicada em Lisboa, em 1994, pelas Publicações Europa América, em dois volumes, o primeiro abrangendo o período de 1751 a 1807 e o segundo abarcando o de 1808 a 1825. E para um enquadramento historiográfico desta temática, leia-se José Tengarrinha, “Notas breves sobre a historiografia dos movimentos agrários”, in *Amar, sentir e viver a história. Estudos de homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, vol. II, Lisboa, Ed. Colibri, 1995, p. 703-711.

difusão de certas culturas, tal como os ritmos de entrada e produção do milho, dito maís, vindo da América ⁴⁸ ou da expansão da vinha e os ciclos do vinho, a nível do país ou em certas zonas, como o Entre Douro e Minho, e, muito particularmente, o caso do vinho do Douro e do Porto ⁴⁹. Aliás, neste preciso momento, está em curso um grande e interdisciplinar projeto na Faculdade de Letras do Porto sobre a região demarcada do Douro, que no seu *terminus* nos dará uma obra muito completa, a nível cronológico e temático, sobre a cultura da vinha da região ⁵⁰. As culturas extintas, como o linho, têm prendido essencialmente a atenção dos antropólogos ⁵¹.

Estreitamente relacionado com este tema das culturas estão os movimentos da produção e a problemática dos preços que também sobremaneira os modernistas vêm abordando, certamente pela abundância das fontes quantitativas e seriais. Assim, Aurélio de Oliveira colheu bons índices de produção a partir das dízimas recolhidas ou estimadas para os séculos XVII e XVIII ⁵², enquanto Virgínia Coelho analisou os preços do azeite em Lisboa de 1626 a 1733 ⁵³.

Na dialéctica entre o *ager* e o *saltus*, os recursos florestais não deixaram de ser evidenciados, sobretudo por um investigador como Baeta Neves, que, para além de muitos estudos, nos facultou uma edição, em seis volumes, dos documentos das chancelarias régias que dizem respeito à *História florestal, aquícola e cinegética* (Lisboa, 1980-1990), enquanto a geógrafa Nicole Devy-Vareta nos traçou o mapa temporal e espacial da floresta no nosso país ⁵⁴. Como outros autores não olvidaram as complementariedades que a caça ⁵⁵ e a pesca, da marítima à fluvial, ofereciam à economia familiar ou, já num alcance mais vasto, a sua projecção numa economia de mercado.

⁴⁸ Entre outros, citem-se os estudos de António de Oliveira, “Para a história do significado botânico do milho zaburro”, sep. de *Arquivo Coimbrão*, Coimbra, 23, 1968, e de Luís Ferrand de Almeida, “A propósito do milho «marroco» em Portugal nos séculos XVI-XVII”, sep. de *Revista Portuguesa de História*, 27, Coimbra, 1992, a que se seguiu uma Addenda & Corrigenda na *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 28, 1992, p. 227-228.

⁴⁹ Entre muitos, citem-se os trabalhos de Aurélio de Oliveira, *Vinhos de Cima Douro na 1ª metade do século XVII*, Vila Nova de Gaia, 1984; “Níveis de produção vinícola no Entre Douro e Minho, 1629-1822”, sep. de *1as Jornadas de Estudo Norte de Portugal/Aquitânia*, Actas, Porto, 1986; “Douro, país vinhateiro, da produção ao comércio: algumas considerações”, *Revista de História*, Porto, 12, 1993, p. 221-243. Gaspar Martins Pereira, “O vinho do Porto, o Alto Douro e a Companhia na época pombalina (1756-1777), segundo Bernardo José de Sousa Guerra”, *Estudos Transmontanos*, Vila Real, 2, 1984, p. 83-118; “Aspectos sociais da vitivinicultura duriense nos fins do século XVIII”, in *1as Jornadas de Estudos Norte de Portugal/Aquitânia*, Actas, Porto, 1986, p. 93-118; “A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, Lisboa, 2ª série, 6, 1989, p. 311-353; *O Douro e o vinho do Porto: de Pombal a João Franco*, Lisboa, Afrontamento, 1991.

⁵⁰ Existe mesmo uma revista intitulada *Douro: Estudos & Documentos*, com publicação regular desde 1996.

⁵¹ Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Tecnologia tradicional portuguesa: o linho*, Lisboa, 1978.

⁵² *Dimes et mouvement de la production agricole: Nord-Ouest portugais, 1626-1821*, Paris, Ed. École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1978.

⁵³ “Preços do azeite em Lisboa (1626-1733): tentativa de compreensão analítico-sintética”, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 4, Jul.-Dez. 1979, p. 15-39.

⁵⁴ *A floresta no espaço e no tempo em Portugal: a arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)*, Porto, FLUP, 1993 (tese de doutoramento, policop.). Por sua vez a equação entre a riqueza florestal e o risco ameaçador de fogos foi amplamente debatido nos seis *Encontros Pedagógicos sobre Risco de Incêndio Florestal* que ocorreram em Coimbra entre 1993 e 1996 e dos quais foram publicados 6 volumes de *Actas*, além de outros documentos.

⁵⁵ Entre outros citem-se Mário Fernando Ramos do Carmo Pereira, *O problema venatório no distrito de Beja: terreno livre e regime privado. Atitudes, expectativas e tensões sociais*, 2 vols., Lisboa, FLUL, 1999 (tese de mestrado policop.); e Cristina Joanaz de Melo, *Coutadas reais (1777-1824). Privilégio, poder, gestão e conflito*, Lisboa, Montepio Geral, 2000.

Algumas macroanálises sobre a configuração espacial, sociedade, economia, comportamento dos preços e crises agrárias, a nível local, têm continuado a produzir-se para a época moderna e contemporânea, a saber sobre Viseu entre 1550 e 1700, sobre a área a oriente do Guadiana de 1600 a 1640, sobre o concelho de Mourão no século XVII ou o de Mértola no século XVIII e as regiões de Évora do século XVI ao XIX e da Beira Alta nos séculos XVIII e XIX ou o Alentejo Meridional no século XIX ⁵⁶. Os enquadramentos político-institucionais e socioeconómicos do mundo rural, em tendência longa, continuam também a despertar o interesse dos estudiosos, seja o do senhorialismo e feudalismo ⁵⁷, como depois o do liberalismo, da desamortização e do capitalismo ou, finalmente, o impacto do fenómeno da industrialização, da Segunda Guerra Mundial e da globalização na agricultura do nosso século XX ⁵⁸. Menos atenção se tem prestado às leis ou às doutrinas. Ainda assim será de lembrar a obra de José Luís Cardoso sobre *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808* (Lisboa, Estampa, 1989) ou o artigo “Cortes constituintes e ordinárias de 1821-23” ⁵⁹.

É tempo de terminar este, forçosamente incompleto, balanço.

Hoje a história rural em Portugal parece mais cultivada, a nível do quantitativo de produções, produtividades, rendimentos e políticas de exploração agrária para as épocas moderna e contemporânea que para a época medieval. Os antropólogos apropriaram-se do estudo das técnicas e utensilagem agrícola. Os sociólogos penetraram no âmago das identidades populares de cultura, tradições, costumes e vida quotidiana. Daí retomarem-se velhos temas, como o fez recentemente Joaquim Pais de Brito, na obra *Retrato de uma aldeia com espelho: ensaio sobre Rio de Onor* (Lisboa, Dom Quixote, 1996), percorrendo uma organização social de longínquo passado.

Certo é que o desenvolvimento de outros campos historiográficos da economia, como comércio e indústria, entronca muitas vezes com esta problemática, seja através

⁵⁶ João Nunes de Oliveira, *A produção agrícola de Viseu entre 1550 e 1700*, Viseu, Câmara Municipal, 1990; João dos Santos Ramalho Cosme, *O Alentejo a Oriente d’Odiã (1600-1640): política, sociedade, economia e cultura*, 2 vols., Lisboa, 1990 (publ. em Lisboa, Cosmos, 1994), e do mesmo autor “Subsídios para a história da agricultura nos finais do século XVII no concelho de Mourão”, in *1^{as} Jornadas de História Moderna*, Actas, vol. 1, Lisboa, 1989. Rui Santos, “Configurações espaciais agrárias no Baixo Alentejo: Mértola, segunda metade do século XVIII”, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 20, Mai.-Ago. 1987; *O socorro aos lavradores de Mértola em 1792*, Mértola, Câmara Municipal, 1987; Rui Santos, *Celeiro de Portugal algum dia. Crescimento e crises agrárias na região de Évora, 1595-1850*, 2 vols., Lisboa, FCSU-UNL, 1995 (tese de doutoramento policop.); João Nunes de Oliveira, *A “Beira Alta” de 1700 a 1840: gentes e subsídios*, 2 vols., Coimbra, FEUC, 1997 (tese de doutoramento policop.); Mariano Feio, *A evolução da agricultura no Alentejo Meridional*, Lisboa, Colibri, 1998.

⁵⁷ Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, “Senhorio e feudalismo em Portugal, sécs. XII-XIX: reflexões sobre um debate historiográfico”, in *Congreso Señorío y Feudalismo en la Península Ibérica (siglos XII-XIX)*. Actas, vol. 1, Zaragoza, 1993.

⁵⁸ António Martins da Silva, *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX*, Coimbra, 1989 (tese de doutoramento policop.); Maria Carlos Radish, *Agronomia no Portugal Oitocentista: uma discreta desordem*, Oeiras, Celta Editora, 1996; Manuel Vilaverde Cabral, Eduardo de Freitas, João Ferreira de Almeida, *Modalidades de penetração do capitalismo na agricultura: estruturas em Portugal continental (1950-1970)*, Lisboa, Ed. Presença, 1976; Manuel Vilaverde Cabral, “Estado e campesinato: políticas agrícolas e estratégias camponesas em Portugal depois da 2^a Guerra Mundial”, in *Social classes: social change and economic development in the Mediterranean*, vol. 2, Athens, 1986; do mesmo autor, “L’évolution du monde rural português ao XXe siècle: l’état de la question”, in *Transformazioni delle società rurali nei paesi dell’Europa occidentale e mediterranea*, Nápoles, 1986; Pedro Hespanha e Jorge Caleiras, “Mal-estar, conflitualidade e violência no mundo rural português. A crise dos anos 90”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 57/58, Jun.-Nov. 2000, pp. 25-51.

⁵⁹ Publicado em *Do Antigo Regime ao Liberalismo: 1750-1850*, Lisboa, Vega, 1989.

do estudo dos circuitos, mercados e feiras, seja através da análise da protoindustrialização ou do efeito da industrialização no campo. A história urbana, que tanto se desenvolveu entre nós para a época medieval, sempre nos evoca a problemática do diálogo económico e social entre a cidade e o seu termo, termo que, essencialmente de feição rural, é penhor do abastecimento citadino.

A análise mais aprofundada dos diversos grupos sociais, das mentalidades, ideologias e vivências ilumina-nos, por analogia ou diferença, a identidade dos camponeses, lavradores, rendeiros ou demais trabalhadores da terra.

Igualmente a definição dos poderes locais, do senhorial ao concelhio, e o real alcance do poder régio na periferia dão-nos a conhecer os enquadramentos de mando que sobre os moradores das vilas e aldeias se exerce.

Não menos o conhecimento das culturas eruditas ou populares, do grau de alfabetização dos homens, das práticas e ritos religiosos, dos ritmos de trabalho, descanso ou festa nos desenham a oposição, os contrastes ou as complementariedades entre o campo e a cidade, nas suas estruturas vivenciais e mentais.

Dizer isto é fazer uma profissão de história total, o que defendemos, de facto, na análise englobante de qualquer tema, neste caso da história rural, como na relação de todos os temas com os demais, já que o homem só se conhece, no seu todo, na complexidade e multidimensionalidade de ser social e humano.

Chamamos, por isso, a vossa particular atenção para o *Repertório bibliográfico da historiografia portuguesa de 1974 a 1994*⁶⁰, onde se recolhem 651 autores em mais de 12.000 títulos. Aí se encontrarão, consultando o índice de assuntos, as obras e artigos publicados, nestas últimas duas décadas, sobre agricultura e pesca. Mas igualmente interessa percorrer a produção indexada em classes e grupos sociais; património e níveis de riqueza; movimentos e conflitos sociais; património e rendas da Igreja; doutrinas e sensibilidades religiosas; formas de sociabilidade rural e urbana; atitudes perante a família, casamento e sexualidade; atitudes perante a morte; religiosidade popular ou vida quotidiana, para cabalmente se dimensionar o que tem sido produzido sobre o mundo e a vida rural. E, por fim, não serão menos de descurar as sínteses, mais eruditas ou mais problematizadoras, sobre as sociedades e economias rurais, englobadas nas mais recentes *Histórias de Portugal* ou em obras sobre determinadas épocas.

Era agora tempo de vos ouvir. Para conhecer o alcance da produção historiográfica brasileira sobre esta temática e estabelecermos confrontos. O repto fica lançado.

E para depois pensarmos o futuro destes estudos, que, de uma forma apriorística, retomando a ideia inicial do comprometimento do historiador com o seu tempo, me parecem mais chamativos no Brasil que em Portugal. No Brasil continua em debate o candente problema da reforma agrária. Com ele se prendem aspectos como políticas agrárias governamentais, problemas de propriedade privada ou coletiva, aproveitamento ou abandono de terras, programas de cultivos ou de criação de gado e de reestruturação de tecnologias. É um presente macro-urbano, mas ainda assim perpassado

⁶⁰ Publicado em Coimbra, Faculdade de Letras-Instituto Camões, 1995. A partir de 1994 as referências bibliográficas tornam-se mais difíceis de obter, e estão, por isso, muito mais incompletas, cumprindo-nos aqui agradecer a todos os colegas as informações que nos foram dando a conhecer, em especial as preciosas listagens elaboradas pelos colegas do Porto, Doutores Salvador Magalhães Mota e Fernanda Paula Sousa Maia, pelos colegas de Lisboa, Sérgio Campos Matos e Mafalda Soares da Cunha e pela colega do Minho, Maria da Conceição Falcão Ferreira.

de ruralidade, a desafiar os estudos desta problemática no passado. É um capítulo do futuro da economia brasileira a exigir o enraizamento da sua identidade no hoje e, mais longe, no ontem.

Em Portugal, país periférico, “jangada de pedra” quase a desprender-se da Europa, a problemática é toda uma outra, sob o impacto das diretrizes da política comunitária. Esta manda libertar gente do sector primário para o investir no secundário e terciário. Requer que a pequena agricultura, que nos caracteriza, se modernize. Exige que certas culturas desapareçam, como algumas espécies de vinhas, que se diminua a produção de certos produtos hortícolas e frutícolas, que se melhore a qualidade de outros. Mas Portugal aguenta mal a competitividade de uma produção em larga escala e mecanizada como a de certos países europeus mediterrânicos, ou mesmo a do norte de África. A agricultura regride e o desemprego aumenta, até porque a indústria e os serviços não se desenvolvem em ritmo de absorção. Menos ainda progride o turismo que poderia revivificar certas aldeias, como museus vivos do passado, ou dinamizar uma política interna de lazer, que igualmente reanimaria a vida no campo, como espaço de descanso e ocupação dos tempos livres. E assim Portugal pode estar a cumprir políticas comunitárias, destruindo parte da sua identidade, quando em alguns países europeus se pensa já em retornar ao que nós ainda temos.

As palavras de Boaventura de Sousa Santos, num dos trabalhos que integram a sua obra, *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (Porto, Afrontamento, 1994), parecem-nos, a este título, clarividentes. Passaremos a citar (p. 60-61):

A pequena agricultura familiar portuguesa não se modernizou como a europeia (mecanização, quimificação, gestão, comercialização), pelo que é frequentemente considerada como pré-moderna, subsistindo através de complexas articulações com a agricultura e a indústria modernas. Mas esta codificação como pré-moderna é ela própria instável e aberta a outras codificações. A sobreprodução, a dedicação exclusiva e a degradação do meio ambiente que caracterizam a agricultura moderna têm vindo ultimamente a ser questionadas, e a tal ponto que já se fala de uma crise final deste modelo de agricultura. Com a crise da agricultura moderna, o deficit de modernidade da agricultura familiar portuguesa tende a atenuar-se. Aliás, a vingar a posição dos ecologistas, é bem possível que este modelo agrícola seja transcodificado e, de pré-moderno, passe a ser pós-moderno pelas combinações práticas e simbólicas que proporciona entre o económico e o social, entre o produtivo e o ecológico, entre ritmos mecânicos e ritmos cíclicos. Curiosamente está na nossa condição semiperiférica (que inclui políticos e governos semiperiféricos) destruir este modelo por exigência mal gerida da integração na UE no preciso momento em que ele ganha credibilidade entre grupos emergentes cada vez mais numerosos, mas por enquanto sem poder para influenciar decisivamente a política europeia. Um dia teremos pateticamente de inventar, sempre com atraso, o que já tivemos quando éramos “atrasados”. Tal como acontece hoje com o fomento da língua portuguesa nos países por onde andou o império e/ou a emigração.

Interpelante análise sem dúvida. Mas por ora o que vemos entre nós é essa destruição da agricultura tradicional, na ânsia do dito progresso e competitividade. Os valores da cidade e do urbano são omnipresentes. O campo na sua fauna, flora e costumes já só quase é conhecido em ecomuseus, jardins zoológicos, recolhas visuais ou sonoras. O mundo rural mitifica-se. E nesta transfiguração poderá residir, justamente, um novo *élan* para os estudos de história rural.

Assim, um professor francês, Gabriel Audisio, decidiu-se a escrever a obra *Des paysans XVe-XIXe siècle*, publicada em 1993 (Paris, Armand Colin), para dar precisamente a conhecer aos jovens urbanos dos finais do século e inícios do século XXI, esse

mundo outro da terra, sincronicamente ritmado pelo movimento das estações e pela luz diurna, em que a tirania da natureza era quase total, em que as fortunas assentavam na terra, a especulação era fundiária e a cultura agrária. E, ao abrir a obra, refere uma visita de estudo realizada com alunos seus a um museu de província, onde, perante as alfaias de certas profissões, surgiram as perguntas que patenteavam um desconhecimento total de profissões como as de carpinteiro de carros ou mesmo de sapateiro. Igualmente nos dá conta de uma sondagem ecológica realizada pelo hebdomário *Marie-Claire*, em que no total de 10 perguntas banais, como, a título de exemplo, de onde vêm as azeitonas, ou a carne que se come é de boi ou de vaca, só 15% dos franceses responderam correctamente a 5 perguntas.

O mundo do campo e dos camponeses tornou-se, em definitivo, passado. A história rural é então mais difícil de ensinar, exigindo os mais pequenos esclarecimentos sobre objectos, funções e comportamentos que a nós, ainda um pouco conhecedores desse tempo, se nos afiguram como dados adquiridos. Mas exactamente na medida em que esse mundo se afasta dos homens de hoje, tornando-o desconhecido, sobre ele cairá o véu do mistério e do fascínio. E por essa via a atracção da sua descoberta.

Corroborar-se-ão, assim, as palavras de Joseph Goy, ao terminar o balanço do tema história rural para a *Nova História*: “no cruzamento da ecologia, do passadismo e do regionalismo, [a história rural] permanecerá como um dos melhores veículos do mito das nossas origens”.